

**ATA DA 62ª REUNIÃO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,  
REALIZADA EM BRASÍLIA - DF**

**DATA:** 15 e 16/06/2004

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)  
Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)  
Ministério da Integração Nacional: Fernando Cabral (sih@integracao.gov.br)  
Ministério das Cidades: (ausência)  
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Reginaldo Pereira Miguel (reginaldo@ana.gov.br)  
Ministério de Minas e Energia: (ausência)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Maurício Lenzi Brandão (mlbrandao@sp.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: Adriana Araújo Ramos (adriana.ramos@igam.mg.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: Vera Maria Weigand (veraweigand@terra.com.br)  
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonáli@chesf.gov.br)  
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)  
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Jackson de Araújo Reis (jackson@ctrq.com.br)  
Comitês: Fernando Antônio Rodrigues Netto (bpp@daee.sp.gov.br)  
Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete José Tokarski (donizete@ecodata.com.br)  
Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninin@alternex.com.br)  
Organizações técnicas e de ensino e pesquisa: Airton Bodstein Barros

**CONVIDADOS:**

Fabiano Chaves da Silva – SRH/MMA (fabiano.silva@mma.gov.br)  
Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas – CEHIPOM (vargasma@terra.com.br)  
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)  
Martha von Borstel Sugai – ANA (martha.sugai@ana.gov.br)  
Maurício Andrés Ribeiro – ANA (mauricio.andres@ana.gov.br)  
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)  
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roberto.monteiro@mma.gov.br)  
Semiramis Biasoli – SRH/MMA (semiramis.biasoli@mma.gov.br)  
Valter Otaviano Junior – AGU/MMA  
Wilson de Azevedo Filho (wil.filho@terra.com.br)

**RELATOR:**

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

**DATA:** 15/06/2004

**Início:** 10h10

**Término:** 17h00

Às dez horas e dez minutos do dia quinze de junho de 2004, no miniauditório do 4º andar do Edifício da CODEVASF, situado no SGAN 601, Brasília/DF, iniciou-se a 62ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, declarou abertos os trabalhos e deu boas vindas a todos. Falou sobre a publicação da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, resultado da conversão da MP nº 165. Destacou a importância dessa conquista para o SINGREH. Relatou ainda a aprovação, em reunião do CEIVAP, do conteúdo do contrato de gestão a ser assinado pela AGEVAP com a ANA. Com isso, complementou, decisões subsequentes poderão ser tomadas, como a eleição da Diretoria da AGEVAP. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) ressaltou a importância da AGEVAP assumir o perfil de instituição pública, de forma a permitir que a situação atual, em que o Estado provém a sustentação do comitê, evolua. Disse que a citada Lei está abrindo um caminho para equacionar questões ligadas à figura da Agência de bacia; finalizou sugerindo que uma resolução do CNRH poderia regulamentar alguns aspectos trazidos na Lei. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) solicitou registro que o início da cobrança no âmbito do CEIVAP se deu sem um arcabouço legal consistente, devendo muito aos setores usuários de água na bacia. Entretanto, prosseguiu, em momentos festivos como ocorrido recentemente na bacia, apenas a postura adotada pela CSN é destacada. A Sra. Ninon Machado (ONGs) disse que a sociedade civil tem contribuído no monitoramento das ações do CEIVAP e que as desconsiderações relatadas pela Sra.

Patrícia Boson (Indústria) merecem registro nesta ata. Solicitou ainda o apontamento da ausência de representante da ANA neste início de reunião, caracterizando como uma desconsideração aos trabalhos da CTIL. Passou-se então ao item 2 da pauta: análise da minuta de ata da 61ª reunião da CTIL, que foi aprovada com sugestões da Sra. Ninon Machado (ONGs) e da Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de geração hidrelétrica). O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) disse que as atas se justificam por dois motivos: memória dos trabalhos realizados no âmbito do CNRH e Câmaras Técnicas; e retratar os principais debates ocorridos, como um espelho do conteúdo concreto das reuniões. Dito isso, teceu críticas ao aspecto resumido das atas da CTIL. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou que o aspecto resumido das atas atende ao estabelecido no Regimento Interno do CNRH; opinou que a opção apenas pelo registro dos principais debates e das decisões tomadas também traria vantagens. Destacou que, independentemente da forma adotada para a ata, todos os participantes da reunião teriam o direito de solicitar o registro de suas falas, além de apresentar sugestões quando da respectiva aprovação. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) disse que não se privaria de falar nas reuniões pelo receio do registro em ata. Opinou que no formato atual das atas, com características de itemização, o processo histórico em desenvolvimento e o calor dos debates não ficariam registrados. Relatou a dificuldade de repassar aos seus pares os debates ocorridos nas reuniões. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) ratificou seu pedido de solicitação de registro de falas em ata, quando julgado necessário. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) opinou que as atas deveriam filtrar os excessos cometidos, mas, ao mesmo tempo, espelhar as ocorrências da reunião. O Sr. Byron Costa (Min. Justiça) destacou que o momento da aprovação da minuta de ata deveria ser a oportunidade para solicitação de aditamento do que não foi contemplado. O Sr. Valter Otaviano (AGU/MMA) leu o § 3º, art. 27, do Regimento Interno do CNRH, e ratificou a colocação do Sr. Byron Costa (Min. Justiça). O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou que as atas fossem mais detalhadas e demandou que todos deveriam pedir o registro de suas falas, quando julgado necessário, e também uma maior atuação de todos na proposição de aditamentos quando da sua aprovação. Passou então ao item 3 da pauta: análise, nos aspectos pertinentes, da Deliberação CEIVAP nº 24, de 2004 (**Anexo II**). Solicitou à Sra. Cristina Yuan (Indústria) que apresentasse a matéria. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) fez um histórico das Deliberações do CEIVAP que tratam da definição de critérios e valores para a cobrança pelo uso da água, iniciando pela Deliberação nº 8, que foi complementada pela nº 15, a qual, dessa feita, está sendo complementada pela Deliberação nº 24, no que diz respeito ao rio Guandu e à atividade de mineração de areia. A Sra. Maria Aparecida Vargas (CEHIPOM/CFLCL), referindo-se ao CEIVAP, disse que a ANEEL não tem permitido que ocorra a cobrança às PCHs. Informou que as empresas geradoras de energia hidrelétrica estabelecidas na bacia, CEMIG e VALESUL, vêm efetuando o pagamento em juízo. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que o tema já havia sido discutido no âmbito do CEIVAP, tendo sido rejeitado. Sugeriu que, caso o segmento tenha se sentido prejudicado pela decisão do Comitê, caberia então recurso ao CNRH. Solicitou que os debates tivessem foco na Deliberação CEIVAP nº 24. A Sra. Maria Aparecida Vargas (CEHIPOM/CFLCL) disse entender que o tema deveria ser trazido ao conhecimento do CNRH, cabendo debate no âmbito desta CTIL. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de geração hidrelétrica), na condição de representante nesta CTIL do setor usuário em questão, solicitou à Sra. Maria Aparecida Vargas (CEHIPOM/CFLCL) melhores esclarecimentos, uma vez que Deliberação CEIVAP nº 24, em pauta, trata do assunto cobrança pelo uso da água para as atividades de mineração de areia em leitos de rios. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) se propôs a fazê-lo; disse que a questão da cobrança pelo uso da água às PCHs no CEIVAP certamente se repetirá em outros comitês. Informou que, por Lei, as PCHs são isentas do pagamento tanto dos 6% referentes à compensação financeira e que, por analogia, alguns entendem que também estão isentas dos 0,75% relativos ao uso da água. Entretanto, historiou, no âmbito do CEIVAP, as PCHs se pronunciaram pelo pagamento dos valores relativos aos 0,75%, tendo a ANEEL, em consequência, se alinhado à interpretação pela isenção e manifestado pela proibição do repasse desses valores ao consumidor final. Concluiu dizendo que, dessa forma, as PCHs, especialmente aquelas de direito público, se encontram inadimplentes no CEIVAP, pois se vêem no impedimento legal de pagar. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de geração hidrelétrica) lembrou que esse tema já havia sido tratado anteriormente na Plenária do CNRH e, na oportunidade, os representantes do segmento das Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica haviam se alinhado à ANEEL. Informou que o assunto se encontra em debate no âmbito do segmento. Citou o § 2º, art. 12, da Lei nº 9.433, de 1997, que traz ressalva à legislação setorial específica do

setor de geração de energia hidrelétrica. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) salientou que esse assunto já havia sido discutido nesta CTIL e o consenso inserido na proposta de sugestões ao PL nº 1.616, ainda em debate. Solicitou retorno à Deliberação CEIVAP nº 24. O Sr. Fernando Rodrigues salientou que os aspectos da Deliberação a serem debatidos no âmbito do CNRH estão explicitados em seu art. 6º. Citando o inciso III desse artigo, apontou que não caberia ao CEIVAP encaminhar recomendações ao Comitê paulista do Paraíba do Sul. O Sr. Valter Otaviano (AGU/MMA) citou ainda o art. 4º que, da mesma forma, determina ações à ANA, o que não compete ao CEIVAP. O Sr. Reginaldo Miguel (ANA) concordou que vícios de ilegalidade, como os citados, não caberiam no contexto da Deliberação. Informou que o Secretário Executivo do CNRH havia solicitado análise técnica da ANA sobre a Deliberação nº 24, que foi encaminhada à CTCOB. O Sr. Byron Costa (Min. Justiça) alertou que o inciso I, art. 6º, poderia incitar à interpretação de expansão das regras numéricas estabelecidas na Deliberação para todos os rios de domínio da União. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de geração hidrelétrica) disse que ao CNRH compete definir regulamentos e normas para o País. Questionou então se, ao cancelar essa deliberação sobre cobrança, não ficariam abertos precedentes para sua aplicação em todas as bacias. O Sr. Valter Otaviano (AGU/MMA) esclareceu que cabe ao CNRH, com base nos valores sugeridos pelo respectivo comitê, ouvida a ANA no que diz respeito à parte técnica, atuar na definição do valor para a cobrança a ser aplicado especificamente naquela bacia de rio de domínio da União. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) disse que o CNRH também deveria se preocupar com os reflexos das suas deliberações em todo o País, principalmente aquelas referentes à cobrança. Falou que o estabelecido no art. 4º deveria ser entendido como um acordo social pactuado pelo poder público, usuários e sociedade civil da bacia, que contou com a participação de representante da ANA. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês), tendo em vista os comentários anteriores, recomendou cuidado na redação da resolução, que deveria se ater à aprovação dos critérios e valores para a cobrança. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) disse que o art. 4º estaria espelhando um compromisso assumido no âmbito dos debates ocorridos no CEIVAP. O Sr. Reginaldo Miguel (ANA) lembrou que as questões técnicas serão analisadas no âmbito da CTCOB, subsidiadas pela nota técnica da ANA. Indicou que, do ponto de vista legal, não caberia a uma deliberação de comitê determinar ações à ANA, como trazido no art. 4º da Deliberação. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de geração hidrelétrica) observou que a Deliberação trazia outras proposições, além da definição de critérios e valores para cobrança. Com isso, alertou que somente os temas de competência do CNRH deverão ser motivo de aprovação. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) disse que o art. 4º da Lei nº 10.881, de 2004, asseguraria a possibilidade trazida no art. 4º da Deliberação nº 24. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) manifestou sua preocupação com a consagração da fórmula aprovada para a cobrança no CEIVAP, tida inicialmente como provisória. Alertou que a alteração da fórmula adotada para as condições reais poderá ser penosa. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) opinou que o art. 4º trazia um entendimento da ANA pela importância do processo, não apenas os fins pretendidos. Ressaltou que o representante da ANA tinha todos contra a sua opinião com relação ao aspecto trazido no art. 4º. Ratificou que o artigo havia sido acordado no âmbito do CEIVAP, que, por sua vez, não podia ficar à mercê dos vários posicionamentos adotados pela ANA. O Sr. Reginaldo Miguel (ANA) disse que a CTIL é o fórum para debates jurídicos do CNRH. Dirigindo-se à Sra. Patrícia Boson (Indústria), disse que a ANA não aceitaria o discurso proselitista e fisiológico por ela adotado para convencer os demais membros da CTIL dos seus pontos de vista. Finalizou pedindo respeito às opiniões por ele trazidas. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) reforçou sua perplexidade com a divergência de posicionamentos assumidos pela ANA. Disse que o CEIVAP traz a incumbência de ser um paradigma e, como o art. 4º fez parte de um acordo assumido, não caberia ao CNRH propor alterações. O Sr. Jackson Reis (Lazer e turismo) lembrou que a CTCOB seria o fórum para a análise dos critérios e valores e caberia à CTIL os aspectos legais. Demonstrou sua preocupação para que não sejam consideradas como definitivas as regras numéricas estabelecidas para a cobrança no CEIVAP. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) ponderou que a CTIL deveria se ater à análise dos artigos 2º e 3º da Deliberação e à elaboração de proposta de resolução para sua aprovação específica, obviamente no aguardo da análise técnica da CTCOB. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) disse que o SINGREH se sustenta também sobre articulações e apoios, como espelhado nessa Deliberação, e não somente sobre leis. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) se posicionou em defesa da Sra. Patrícia Boson (Indústria), destacando que seu trabalho visa o SINGREH como um todo, não padecendo de fisiologismo. Enfatizou que o segmento da Indústria considera a ANA como uma parceira no processo de construção do SINGREH. Finalizou dizendo que deveriam ser evitadas colocações

de antagonismos pessoais durante os debates no âmbito da CNRH. Neste momento, passou-se ao debate específico sobre a Deliberação nº 24 do CEIVAP. Tendo em vista os debates havidos neste período da reunião, foi consenso que a Resolução de aprovação da Deliberação deveria ser focada apenas no seu art. 2º. Finalizadas as discussões sobre o assunto, foi solicitado à Secretaria Executiva o encaminhamento da proposta de resolução (**Anexo III**), em regime de urgência, para superior deliberação da Plenária do CNRH, em sua XI Reunião Ordinária, prevista para 2 de julho próximo. Às 13h15 horas, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 15h30, com a abordagem do item 5 da pauta: análise das sugestões de pauta para o CNRH, encaminhadas pelos Conselheiros conforme Of. CNRH nº 112/2003. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) explicou a metodologia adotada para o agrupamento das propostas recebidas, consolidadas conforme **Anexo IV**. A Sra. Ninon Machado (ONGs) solicitou registro que as ONGs encaminharam sugestões, que não constam do documento. Portanto, solicitou que fosse incluído como tema o fortalecimento do processo participativo da sociedade civil no SINGREH. Destacou a importância da consonância das propostas com o conteúdo do Plano Nacional de Recursos Hídricos e das recomendações trazidas pela Conferência Nacional do Meio Ambiente - CNMA, além da adoção de uma visão estratégica para a gestão das águas nos trabalhos do CNRH e a capacitação dos atores para participação no SINGREH. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) propôs a montagem de uma matriz de planejamento com as sugestões encaminhadas, lembrando que alguns dos temas indicados já estariam atualmente em debate no CNRH e CTs. Referindo-se à CNMA, a Sra. Patrícia Boson (Indústria) salientou que a representatividade teria sido um ponto fraco do evento e ainda, que o documento final trazia recomendações antagônicas. Solicitou que tais fatos fossem levados em consideração na análise das recomendações da CNMA. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) observou que alguns dos temas elencados no documento poderiam ser novamente agrupados. Concluindo, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou que a Secretaria Executiva elaborasse a matriz de planejamento solicitada, observadas as considerações feitas nesta reunião, contendo, inclusive, uma primeira proposta de priorização, para debate em reunião posterior da CTIL. Referindo-se ao item 6 da pauta, informou sobre a solicitação do Presidente da CT de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT para que o debate ocorra no segundo dia de reunião. O Sr. Reginaldo Miguel (ANA) também solicitou que o item 4 da pauta fosse tratado no segundo dia de reunião, no aguardo da presença da Sra. Anna Flávia (ANA). Passou-se então ao item 7 da pauta: continuidade da discussão sobre propostas ao PL nº 1.616. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que o debate sobre o art. 18 do PL havia sido transferido para o segundo dia de reunião, no aguardo da presença da Sra. Martha Sugai (ANA), e destacou que os artigos 43 e 48 teriam sido anteriormente encaminhados à CTCOB. A Sra. Ninon Machado (ONGs) disse que o documento de sugestões ao PL, em debate na CT, carecia de uma revisão do ponto de vista da técnica legislativa. Sugeriu que o Sr. Valter Otaviano (AGU/MMA) e o Sr. Byron Costa (Min. Justiça) poderiam se incumbir de tanto, em momento posterior. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) propôs que fosse estipulado um prazo para o envio de sugestões de forma assim como de revisão das justificativas contidas no documento de sugestões ao PL. Ficou definido que a Secretaria Executiva encaminhará e-mail contendo tal solicitação, com prazo para recebimento de sugestões em 22 de julho próximo. As sugestões serão sistematizadas e trazidas para a reunião de julho da CT. Já em assuntos gerais, o Sr. Reginaldo Miguel (ANA) informou sobre a criação, no âmbito da Câmara dos Deputados, de Comissão especial para abrigar os assuntos em tramitação relacionados a recursos hídricos, aí incluído o PL nº 1.616. Foi solicitado à Secretaria Executiva um levantamento da situação atual do PL e da citada Comissão especial. Os trabalhos foram então encerrados às 17h00.

**DATA:** 16/06/2004

**Início:** 9h10

**Término:** 12h20

O segundo dia da 62ª reunião da CTIL foi aberto pelo Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) às nove horas e dez minutos, com a abordagem do item 6 da pauta: análise da proposta de moção recomendando a implantação de projeto piloto de gestão integrada e sustentável de recursos hídricos e ambiental nas bacias transfronteiriças da Lagoa Mirim e do rio Quarai, encaminhada pela Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT (**Anexo V**). Solicitou ao Sr. Wilson Azevedo que apresentasse a matéria (**Anexo VI**). O Sr. Wilson Azevedo iniciou mostrando um mapa da região da Lagoa Mirim, para situar os presentes. Ressaltou que a composição atual da Comissão da Lagoa Mirim - CLM atende aos requisitos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Esclareceu que a proposta básica do documento encaminhado é a criação de subcomissões dentro do aparato legal da CLM, tendo

as sub-bacias como área de abrangência. Em seguida, explicou ponto a ponto a proposta trazida no documento anexo. Durante os debates, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) destacou a experiência positiva de gestão no rio Quaraí e se mostrou favorável à aprovação do encaminhamento da matéria à Plenária. A Sra. Ninon Machado (ONGs) elogiou este importante processo de integração regional; solicitou esclarecimentos sobre a forma de participação e manifestação dos municípios na proposta de gestão. O Sr. Wilson Filho apontou a presença de representação dos municípios nos comitês de coordenação local, além da representatividade do governo na subcomissão permanente. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) destacou a importância do acompanhamento do processo decorrente da implementação do processo proposto, pelas experiências que poderão ser espelhadas inclusive em bacias maiores. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) chamou atenção para a importância da regulação da gestão de recursos hídricos transfronteiriços, além da necessidade de disponibilização de pessoal técnico especializado e a preocupação com a documentação das experiências anteriores sobre o assunto. Durante a análise dos documentos encaminhados, foram promovidas alterações nos "considerandos" da proposta de moção, cuja redação final segue como **Anexo VII**. Em prosseguimento, foi aprovado o encaminhamento da proposta de moção, em regime de urgência, para superior deliberação da Plenária do CNRH em sua XI Reunião Ordinária. Passou-se então ao item 4 da pauta: análise, nos aspectos pertinentes, das prioridades de aplicação, para o ano de 2005, dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) ressaltou que a ANA e os comitês de bacias de rios de domínio da União haviam encaminhado a documentação solicitada pela Resolução CNRH nº 35, com exceção do CEIVAP. Convidou a Sra. Anna Flávia Franco (ANA) para apresentar a matéria. A Sra. Anna Flávia Franco (ANA) iniciou pela leitura dos artigos 1º e 2º da Resolução CNRH nº 35, de 2003. Disse que a ANA havia desenvolvido trabalho, com o envolvimento de todas as suas superintendências, em atendimento ao ali estabelecido, incluindo também as prioridades para o exercício de 2004. Relatou que, para a priorização das ações referentes ao ano de 2005, foi necessário adotar como base as seguintes previsões: estimativa de recursos provenientes da cobrança; valor das respectivas ações contidas no PPA 2005; demanda ideal para a execução das competências da ANA. Discorreu também sobre as duas fontes destinatárias dos recursos da cobrança: a 116, destinada aos recursos provenientes da própria bacia, cobrados por decisão do comitê; e a 134, para os recursos obtidos junto às geradoras de energia hidrelétrica. Fez também comentários sobre o contingenciamento dos recursos destinados à ANA para o cumprimento de suas competências. Foi questionada a urgência do encaminhamento do assunto para aprovação do CNRH ainda na reunião ordinária prevista para 2 de julho próximo, uma vez que a Resolução CNRH nº 35 não estabelece prazos. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) esclareceu que os prazos previstos para apresentação do orçamento (em 19 de julho encerra-se o prazo para o MMA) exigem o encaminhamento das prioridades de aplicação para aprovação do CNRH em 2 de julho próximo. A Sra. Ninon Machado (ONGs) destacou a importância da inclusão de ressalva que a reserva de contingenciamento não deve atingir os recursos provenientes da cobrança. A Sra. Maria Aparecida Vargas (CEHIPOM/CFLCL) solicitou registro que somente os comitês do Pomba e Muriaé e do rio Doce estavam representados nesta reunião. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) parabenizou a ANA pelo extraordinário trabalho apresentado. Externou sua preocupação que esta CT não tenha correspondido ao esforço despendido pela ANA e comitês, uma vez que a análise dos documentos foi iniciada somente no período da manhã deste segundo dia. Solicitou registro do seu descontentamento. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) propôs, como encaminhamento, que as prioridades estabelecidas fossem enviadas ao Plenário de uma forma macro, deixando-se para fase posterior o seu detalhamento por bacia hidrográfica. A Sra. Maria Aparecida Vargas (CEHIPOM/CFLCL) disse que havia comparecido à reunião para defender as propostas apresentadas pelo CEHIPOM; lamentou que não teria seu objetivo atingido. Expôs que o CEHIPOM não havia sido citado no documento de prioridades encaminhado pela ANA. Observou que garantias deveriam ser dadas que os recursos da cobrança sejam aplicados em todos os comitês. Disse que o CEHIPOM solicitava seu reconhecimento, além de recursos para sua implantação efetiva e a elaboração de seu plano de bacia. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) demonstrou seu apoio ao encaminhamento proposto pela Sra. Patrícia Boson (Indústria). Externou sua preocupação que o tema só tenha vindo à CTIL nesta data, para ser debatido em meio dia de reunião, embora a Resolução CNRH nº 35 seja datada de dezembro de 2003. Tendo em vista a sua responsabilidade de representação dos comitês nesta CTIL, questionou como poderia emitir suas opiniões nesse exíguo espaço de tempo. Solicitou registro do seu voto contrário à

deliberação sobre o tema nesse momento. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) esclareceu que o art. 2º da Resolução trazia explícito o prazo de 31 de maio deste ano, para envio da documentação ao CNRH. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) parabenizou o CBH Doce pela qualidade dos documentos apresentados. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) reforçou a proposta da Sra. Patrícia Boson (Indústria), que as prioridades estabelecidas fossem encaminhadas ao Plenário de uma forma macro, deixando-se para fase posterior o seu detalhamento por bacia hidrográfica. Propôs que esta CTIL se reunisse novamente em caráter extraordinário na próxima semana, para tratar exclusivamente da finalização desse assunto. O Sr. Valter Otaviano (AGU/MMA) questionou a competência da CTIL para análise das prioridades de aplicação dos recursos da cobrança. Indicou a CTCOB como o fórum adequado. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) sugeriu que reunião poderia ser conjunta. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) propôs que o convite para a reunião fosse extensivo à todas as Câmaras Técnicas do CNRH, o que foi aceito. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) alertou que a situação atual deve servir de aprendizado para os próximos anos, quando os prazos estabelecidos deverão ser mais amplos. O Sr. Ednaldo Mesquita (SRH/MMA) enalteceu as conquistas alcançadas com a edição da Resolução CNRH nº 35. Destacou a importância da edição de novas resoluções do CNRH para tratar da prestação de contas das aplicações efetuadas, da forma para apresentação das prioridades, além da continuidade do processo, que foi desencadeado pela Resolução nº 35 apenas para o exercício de 2005. Foi solicitado à Sra. Anna Flávia (ANA), como subsídio para a reunião extraordinária da CT, a elaboração de nova tabela de prioridades, baseada nas ações do PPA. Ficou acertado que o detalhamento das ações priorizadas será efetuado em momento posterior. Foram definidos os dias 22 e 23 de junho próximo para realização da 64ª reunião da CTIL, para tratar especificamente das prioridades para aplicação dos recursos da cobrança. Nesse momento, às 12h10, o Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) agradeceu a presença e o empenho de todos e deu por encerrados os trabalhos desta 63ª reunião da CTIL.

#### **RESUMO DA REUNIÃO:**

- aprovada a ata da 61ª reunião da CTIL;
- solicitado que as atas fossem mais detalhadas e que todos deveriam pedir o registro de suas falas, quando julgado necessário, e também uma maior atuação de todos na proposição de aditamentos quando da sua aprovação;
- solicitado à Secretaria Executiva o encaminhamento da proposta de resolução referente à Deliberação CEIVAP nº 24, de 2004, em regime de urgência, para superior deliberação da Plenária do CNRH;
- solicitado que a Secretaria Executiva elabore matriz de planejamento referente aos temas de pauta do CNRH, encaminhados conforme Of. CNRH nº 112/2003, observadas as considerações feitas nesta reunião, contendo, inclusive, uma primeira proposta de priorização, para debate em reunião posterior;
- foi estipulado o prazo de 22 de julho para o envio de sugestões de forma assim como de revisão das justificativas do documento de sugestões ao PL nº 1.616; as sugestões serão sistematizadas e trazidas para a reunião de julho da CT;
- foi aprovado o encaminhamento da proposta de moção recomendando a implantação de projeto piloto de gestão integrada e sustentável de recursos hídricos e ambiental nas bacias transfronteiriças da Lagoa Mirim e do rio Quarai, em regime de urgência, para superior deliberação da Plenária do CNRH, em sua XI Reunião Ordinária;
- foi agendada reunião extraordinária da CT, para os dias 22 e 23 de junho, com pauta exclusiva visando a finalização da proposta de Resolução que estabelece as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água.

Ata aprovada em 27 de julho de 2004, durante a 64ª reunião da CTIL.

JULIO THADEU SILVA KETTELHUT  
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO  
Relator